

PÁG 2

Conselho aprova ingresso da Vitol e valida propostas da EY

PÁG 4

EY avança no diagnóstico e propostas para abertura integral do mercado

PÁG 6

MME esclarece pontos fundamentais para abertura total do mercado

PÁG 10

Grupo Técnico contribui para melhorar a governança na formação de preços

PÁG 12

Definido novo calendário de implementação da geração distribuída nos modelos

PÁG 14

Grupo Técnico discute propostas de formação de preço por oferta

PÁG 17

Abraceel na Mídia

PÁG 18

Curtas

PÁG 23

E o Congresso?

PÁG 27

Abraceel nas Eleições

PÁG 28

Próxima Semana



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

As informações contidas no nosso relatório semanal são produzidas com exclusividade para o nosso associado.

Valorize o seu conteúdo! Evite a distribuição indevida ao público externo.



Conselho aprova ingresso da Vitol e valida propostas da EY

Matéria em 1 minuto:

- Resultados preliminares de estudo da consultoria EY foram validados pelo Conselho de Administração, que autorizou o prosseguimento das ações previstas no escopo;
- Conselheiros aprovaram o pedido de adesão da comercializadora Vitol e Abraceel passa a contar com 102 empresas associadas;
- Após avaliação sobre a proposta de orçamento da CCEE para 2023, a diretoria da Abraceel foi orientada a buscar esclarecimentos sobre novos emolumentos e aumento de gastos.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 06.10, o Conselho de Administração da Abraceel realizou reunião extraordinária, com participação aberta para as associadas, para discutir uma série de temas deliberativos, com destaque para apresentação de resultados preliminares de estudo da EY para propor soluções para a abertura completa do mercado de energia.



Estudo EY

Diogo Mac Cord, sócio líder de Infraestrutura e Mercados Regulados da EY e coordenador do estudo, acompanhado da equipe da consultoria e do escritório Souto Correia, apresentou resultados preliminares para validação dos conselheiros, que ratificaram diagnósticos e propostas e deram aval para o prosseguimento das ações.





O diagnóstico e as propostas validadas com o Conselho de Administração foram antes discutidos com os participantes do Grupo Técnico da Abraceel, que contribuíram durante o processo.

Pedido de adesão

Em item seguinte da pauta, os conselheiros aprovaram o pedido de adesão da comercializadora Vitol. Com a confirmação, a Abraceel passa a contar com 102 empresas associadas.

Vídeo sobre direito de escolha e eleições

Os conselheiros também avaliaram o conteúdo e a divulgação de um vídeo realizado pela Abraceel, que enfatiza a importância da liberdade de escolha, ressaltando que essa possibilidade não existe ainda no setor de energia elétrica. Na reunião, foi ponderado sobre a importância de autonomia da diretoria executiva e de a Associação não se posicionar em questões políticas.

Novas receitas da CCEE

A proposta orçamentária da CCEE para 2023 foi o item seguinte da pauta, onde os conselheiros foram alertados sobre alguns pontos de atenção analisados pela diretoria da Abraceel, entre eles a criação de novos emolumentos e reajustes no valor de alguns gastos.

Após apontamentos do Conselho, a diretoria da Abraceel vai tentar agendar uma reunião com a CCEE para buscar esclarecimentos. O tema deverá retornar ao Conselho, para avaliação de orientação aos associados na Assembleia da CCEE que ocorrerá em 26.10 às 13h.





EY avança no diagnóstico e propostas para abertura integral do mercado

Matéria em 1 minuto:

- O estudo mapeia as questões importantes para o processo de abertura completa do mercado de energia, analisa os temas, identifica soluções e apresenta proposta legal e regulatória para tratamento das questões;
- Consultores apresentaram novos detalhes a respeito dos itens que constam no escopo do trabalho, como cenários de ocorrência de sobrecontratação e exposição involuntária das distribuidoras;
- EY voltará a se reunir com o Grupo Técnico para realizar discussões finais em torno de temas restantes do estudo.



Tempo de leitura:
2 minutos

Em nova rodada de conversa com os participantes do Grupo Técnico, a equipe da consultoria EY apresentou novos resultados preliminares do estudo que indicará caminhos para a abertura completa do mercado de energia elétrica no Brasil. A reunião contou com cerca de 200 profissionais das empresas associadas.

O estudo mapeia as questões importantes para o processo de abertura completa do mercado de energia, analisa os temas, identifica soluções e apresenta proposta legal e regulatória para tratamento das questões.

Contratos legados

Diogo Mac Cord, sócio líder de Infraestrutura e Mercados Regulados da EY e coordenador do estudo, apresentou novos detalhes do trabalho, como os cenários de ocorrência de sobrecontratação nas distribuidoras diante da perspectiva de migração dos consumidores de baixa tensão para o mercado livre, capítulo que inclui diagnósticos sobre o mercado atual, exposição das distribuidoras, avanço da MMGD, histórico e projeção de carga, entre outros pontos relevantes, bem como informações sobre experiências internacionais.

Os associados puderem compreender e debater a respeito da metodologia e das premissas utilizadas para produzir os diagnósticos e as soluções propostas pelos consultores para dar tratamento adequado ao tema da sobrecontratação.

No encontro, a EY também apresentou detalhes de outros itens previstos no escopo, como organização das distribuidoras em um ambiente de abertura completa do mercado, incluindo gestão de portfólio, separação entre fio e energia, faturamento, medidores e corte por inadimplência, bem como supridor de última instância e open energy.





Os consultores voltarão a se reunir com o Grupo Técnico para realizar discussões em torno de temas restantes do estudo, validando posteriormente as propostas com o Conselho de Administração.

A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção [“Apresentações Exclusivas”](#).



MME esclarece pontos fundamentais para abertura total do mercado

Matéria em 1 minuto:

- Muitas das justificativas apresentadas pelo MME estão alinhadas com posicionamentos que a Abraceel tem feito no processo de abertura do mercado de energia;
- MME destaca longo período em que a abertura do mercado é debatida, que há arcabouço legal na Lei 9.074/1995 e que é importante estabelecer um cronograma para dar previsibilidade aos agentes;
- Nota técnica ministerial também alerta que a abertura do mercado já é realidade, mas de forma menos eficiente e com custos mais elevados, por causa da adesão dos consumidores ao modelo de MMGD.



Tempo de leitura:
2 minutos

Por meio da Nota Técnica 29/22, o Ministério de Minas e Energia divulgou os argumentos técnicos que subsidiaram a minuta de portaria em discussão na Consulta Pública MME 137/22, que propõe a abertura do mercado de energia para os consumidores de baixa tensão. Muitos deles estão alinhados a apontamentos defendidos pela Abraceel ao longo da jornada pela liberalização do mercado.

O Ministério destaca que a discussão da abertura do mercado ocorre há mais de 20 anos, citando que a Lei 9.074/1995 estabeleceu comandos para que o poder concedente pudesse, oito anos após a sanção, reduzir os limites de cargas estabelecidos aos consumidores livres. A Abraceel tem insistido que o processo de abertura do mercado pode ocorrer via infralegal, pois há robustez legal para esse caminho, já ratificado pela Consultoria Jurídica do MME e pelas portarias de abertura já publicadas pelo MME.

Desde então, segundo o MME, é notável a evolução do mercado de energia no Brasil, de forma que a abertura é um processo natural e necessário e que se torna imprescindível diante da crescente adesão dos consumidores ao modelo de Mini e Micro Geração Distribuída (MMGD), o que vem deixando custos mais elevados para o consumidor remanescente em comparação à migração via mercado livre.

Esse posicionamento do MME vai ao encontro de alertas feitos pela Abraceel nas últimas semanas, apontando que, diante das restrições existentes para migração ao mercado livre, o “custo de não fazer nada” é mais elevado na medida que os consumidores regulados passam a ter duas opções: permanecer como estão ou adotar sistemas de geração distribuída com subsídios.



Cronograma de abertura e sobrecontratação das distribuidoras

O MME propõe, em linha com o estudo da CCEE, um cronograma escalonado, onde o Grupo B, exceto os segmentos residencial e rural, poderia optar pela migração ao mercado livre em janeiro de 2026, permitindo em seguida que consumidores residenciais e rurais possam participar do mercado livre em janeiro de 2028. A proposta da Abraceel é permitir que todos os consumidores possam escolher o fornecedor a partir de janeiro de 2026 com segurança jurídica, respeito aos contratos e equilíbrio no mercado.

Também é destacado no documento ministerial a importância de se definir um cronograma com antecedência razoável, de modo que permita o equacionamento de diversos problemas, dos quais o principal é a não contratação de novos contratos legados. Esse ponto também está em linha com os posicionamentos da Abraceel, que defende a urgência no estabelecimento de um cronograma e de um prazo final para conceder o direito de escolha a todos os consumidores, dando previsibilidade às empresas e aos consumidores. Além disso, a Abraceel tem defendido que não sejam realizados novos leilões centralizados e que não sejam constituídos novos contratos de longo prazo nas distribuidoras.

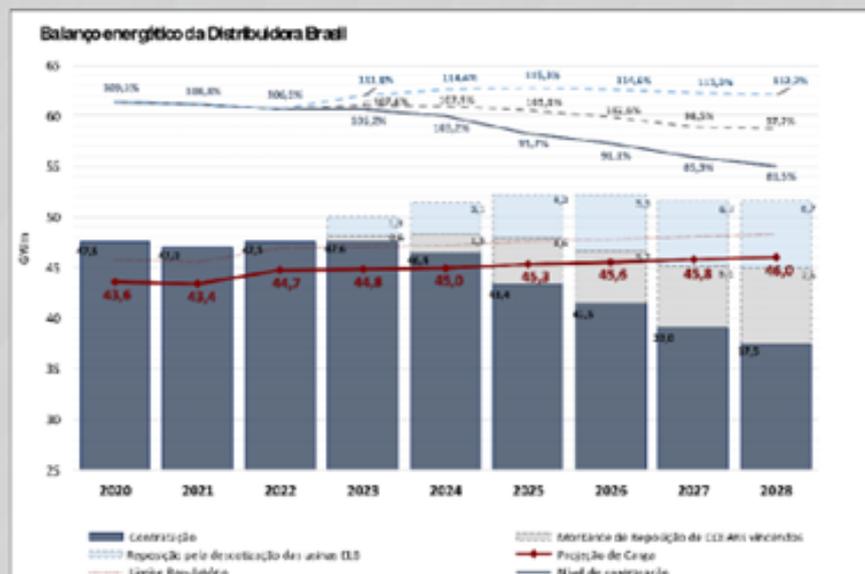
Simulações da CCEE mostram que, ao considerar o crescimento da MMGD no cenário de referência do PDE 2031, não é esperada sobrecontratação a partir de 2025. Inclusive, os dados demonstram uma possível subcontratação a partir de 2025, o que poderia permitir, inclusive, antecipar o início da liberalização gradativa do grupo B.

Contudo, o MME argumenta que manteve o cronograma proposto pela CCEE dadas as incertezas dos cenários avaliados e diante da necessidade de ajustes regulatórios para possibilitar a abertura.

Dados e tendência: Balanço Contratual do ACR

PREMISSAS

- Projeção de carga conforme 2º Rev. Quadrimestral, ago/22;
- Média de perdas e diferenças entre carga global e contabilizada: -5,2%;
- Contratos de Itaipu considerados integralmente, conforme montantes atuais;
- Já contempla os resultados do leilão A-4 de 2022;
- Migração de consumidores conforme tendência média observada nos últimos anos;
- Geração distribuída conforme cenário de referência do PDE 2031;
- Cenários com a desotização das usinas da Eletrobrás, redução de 20% ao ano a partir de 2023.



Quanto à criação dos encargos de migração e sobrecontratação, o MME pontua que eles somente se aplicam após esgotadas todas as possibilidades de redução do nível contratual das distribuidoras, devendo ser evitado ao máximo.

Adicionalmente, em relação aos contratos legados, o MME pontua que o mercado caminha para a redução dos prazos dos contratos resultantes dos leilões de compra de energia, visto que atualmente muitos empreendimentos são viabilizados sem a necessidade de venda em leilões regulados.

Impacto na CDE da contratação de fontes incentivadas.

Sobre o possível impacto na CDE em razão da migração de contratos de energia incentivada dos consumidores da alta tensão para a baixa tensão, o que poderia criar uma pressão na CDE, tendo em vista que as tarifas de uso dos consumidores de baixa tensão são maiores, o MME pondera que a proposta de abertura resultará em menor impacto do que aquele já provocado pela MMGD, uma vez que o consumidor ao migrar para o ACL permanece arcando com os custos da CDE e dos encargos setoriais e parte dos custos de rede.

Agregador de medição e tratamento de dados

A proposta de portaria prevê ainda que o serviço de agregação de medição será prestado pela distribuidora local, mediante pagamento. Assim, cada distribuidora informará à CCEE os dados agregados das unidades consumidoras do varejo e, adicionalmente, informará a cada varejista os dados individualizados para fins de faturamento, conforme regulamento da Aneel.

Como a migração ao ACL pode ser realizada por meio de medidores convencionais, o Ministério pontua a necessidade de estabelecer metodologia de tratamento de dados que permita o atendimento dos requisitos de contabilização e liquidação do MCP na CCEE. A referida metodologia deverá ser estabelecida em regras e procedimentos de comercialização.

Apesar do MME não enxergar como obrigatória a troca de medidores, da mesma forma que pensa a Abraceel, recomenda que sejam realizados estudos a respeito da viabilidade de modernização e digitalização da rede, sendo uma das possibilidades a ser avaliada é a utilização de recursos de P&D.

Supridor de Última Instância (SUI)

A proposta do MME estabelece que, em um primeiro momento, o SUI será exercido pela distribuidora, ainda que, em momento posterior, com evolução do mercado, seja discutida a possibilidade de outros agentes exercerem tal função.



até 90 dias, inclusive as tarifas a serem cobradas, e o serviço será prestado para consumidores em que o supridor não pode mais prestar o serviço, não se tratando dos casos de inadimplência de consumidores.

Faturamento, inadimplência e desligamento

O faturamento dos consumidores livres de baixa tensão será objeto de regulação da Aneel, tendo em vista que hoje o mercado conta com consumidores livres que já são faturados.

O ministério pontua ainda que os consumidores desligados do comercializador varejista por inadimplência devem ter seu fornecimento interrompido, ainda que estejam adimplentes com as tarifas de uso da rede.

Ademais, a minuta de portaria prevê que a Aneel deve realizar campanhas de informação e esclarecimentos a todos os consumidores a respeito do mercado livre de energia, pelo menos 365 dias antes do início de cada fase. Além disso, a Agência deve regular produto padrão para que os consumidores tenham um parâmetro de comparação entre fornecedores.

A íntegra da [Nota Técnica MME 29/22](#) está disponível no site da Abraceel, em “Contribuições e Notas Técnicas”.



Grupo Técnico contribui para melhorar a governança na formação de preços

Matéria em 1 minuto:

- Robustecer a governança do CT PMO-PLD foi apontado como etapa elementar e preliminar à definição de mais responsabilidades a esse colegiado;

- Associados questionaram a segregação de usinas mais importantes que outras na formação de preço e sugeriram a criação de área de acompanhamento das restrições hidráulicas com entrada já prevista;

- Abraceel irá solicitar que a proposta de adequação da REN 843 à questão da MMGD seja disponibilizada aos agentes.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 04.10, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a Consulta Pública 43/2022 da Aneel, que trata da revisão da REN 843/2019, sobre governança na formação do preço de liquidação de diferenças (PLD). Detalhamento das propostas sugeridas pelo regulador foi feito pela Abraceel no [Relatório Semanal, de 19 a 23 de setembro](#).

Sobre o rito regulatório mais expedito para ajustes em novas versões dos modelos, os associados questionaram a proposta de texto que menciona novas versões "desde que não correspondam a alterações em parâmetros e metodologias e não causem impactos às funcionalidades já aprovadas". Isso porque essa discussão sobre o que é metodologia e o que é dado é antiga e a aplicação desse conceito ainda é muito subjetiva.

Foi comentado que há proposta para atribuir ainda mais funções ao Comitê PMO-PLD, como a aprovação de modelos satélites. Porém, os associados entendem que robustecer a governança do CT é etapa elementar e preliminar à definição de mais responsabilidades. É preciso revisitar o regimento interno do CT PMO-PLD, deixando explícitas as formas de aprovação, e buscar incluir a participação dos agentes também na etapa de decisão, e não apenas nas discussões.



Para o GT, previsibilidade é poder ler a regra e saber o que vai acontecer, porém a redação proposta pode abrir espaço para interpretação. Para os associados, previsibilidade não pode ser entendido como receber um aviso de que algo será alterado, sem valores e datas. Da mesma forma, é indesejável anunciar que algo vai ser alterado e, no entanto, ao término do processo, nada ser concretizado. Além disso, é difícil definir o que é um dado declarado pelo agente, quando na verdade o agente pode estar seguindo uma orientação do ONS, por exemplo.

Ainda foi comentado sobre como fazer cumprir os prazos e processos definidos em procedimentos. Foram relatados casos em que prazos não foram cumpridos, foram protocolados, mas nada foi feito. Sobre isso, mencionaram a necessidade de haver a previsão de punições em caso de descumprimento e de a Aneel ter um papel mais ativo na fiscalização.

Os associados manifestaram preocupação com a adoção de uma informação que ainda não foi homologada, como o caso do CMSE, quando existe a possibilidade de uma decisão não ser feita ou ser alterada até a implementação. Nesse tópico, a questão da assimetria de informação foi ressaltada, que depende da forma como a decisão será divulgada pelo órgão.

Foi sugerida a criação de uma área em que todos os agentes possam acompanhar as restrições hidráulicas que já estão planejadas para entrar, como, por exemplo, uma espécie de Formulário de Solicitação de Atualização de Restrição Hidráulica (FSARH) prévio informando quais restrições aguardam homologação.

Sobre a definição de usinas U1 e U2, os associados questionaram a definição de usinas mais relevantes que outras para formação de preços. Há o risco de não considerar usinas que hoje não têm impacto e passariam a ter, ou seja, de desatualização rápida da REN. Os associados consideraram muito frágil o conceito de definir um tratamento diferenciado de usinas para formação de preços.

Por fim, a Abraceel irá solicitar que a proposta de redação para adequar a REN à questão da MMGD seja disponibilizada aos agentes. Foi apresentado o cronograma de atividades esperado para a atuação na CP. O prazo para envio de contribuições é dia 14.11. No dia 07.11 será realizada nova reunião do Grupo Técnico para discussão da contribuição da Abraceel. [A apresentação realizada na reunião está disponível](#) na área restrita do associado, seção Documentos gerais.



Definido novo calendário de implementação da geração distribuída nos modelos

Matéria em 1 minuto:

- Nova previsão para a entrada da MMGD nos modelos será faseada, a primeira prevista para setembro de 2023 e a segunda, com a expansão da modalidade, para janeiro de 2024;
- Ainda é necessário que o GT MMGD realize simulações de sensibilidade para ter um maior entendimento do impacto da entrada dessa variável nos modelos;
- O GT MMGD informou que pretende fazer reuniões mais frequentes para atualizar os agentes sobre o andamento dos processos.



Tempo de leitura:
2 minutos

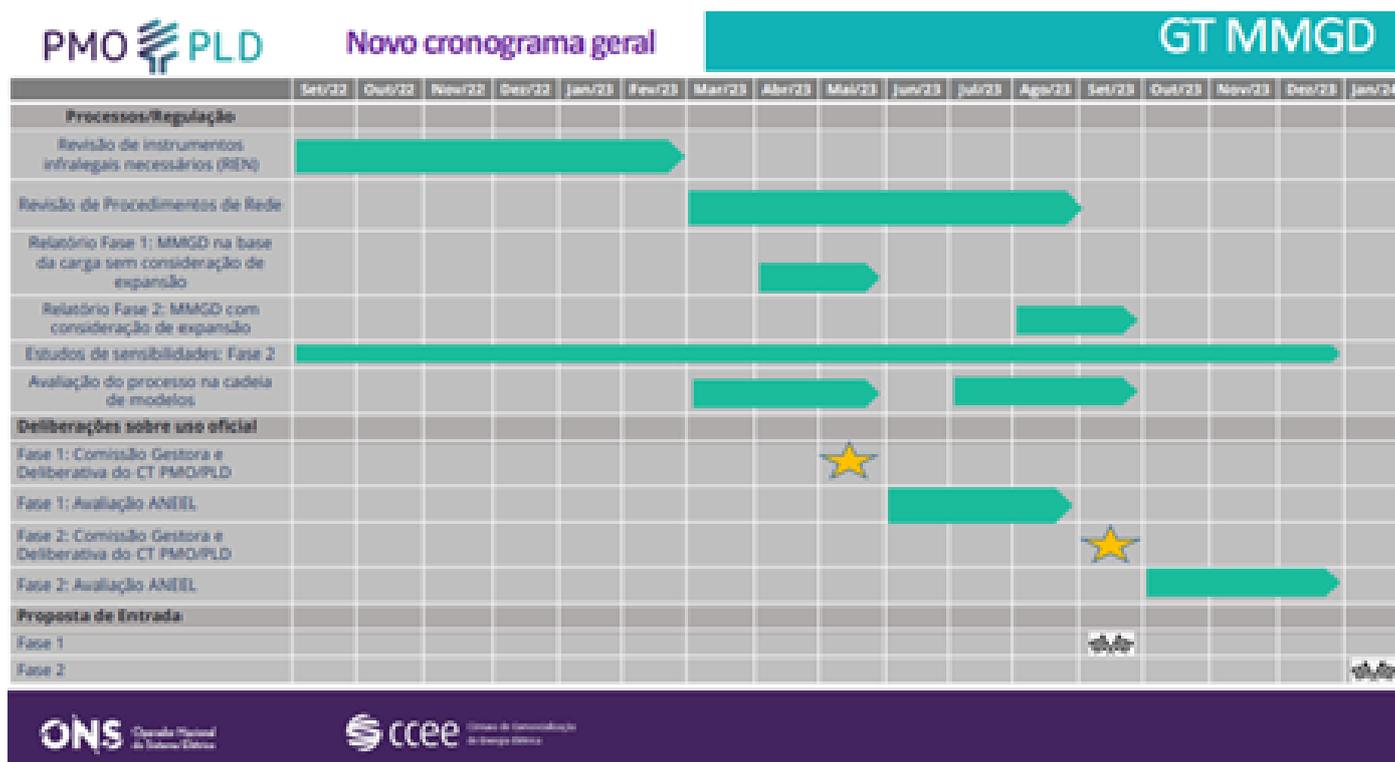
No dia 04.10, o GT MMGD da CCEE realizou a 6ª reunião com agentes para discutir os motivos que levaram ao adiamento da implementação da geração distribuída nos modelos computacionais.

O GT informou que alguns aspectos técnicos de análise de sensibilidade e processo de revisões trimestrais estão em atraso, de forma que foram constatadas lacunas operacionais entre os processos que fazem a comunicação entre os modelos computacionais. Também foi detectada a necessidade de ampliar a sensibilidade da representação da GD em relação a diferentes cenários sazonais.

Além disso, a decisão requer um maior diálogo com os agentes para obter certeza de quais parâmetros realmente serão alterados nos modelos para conferir uma representação mais fidedigna possível da GD.

Os agentes foram informados ainda que a redação da proposta de REN em revisão na CP Aneel 43/2022 precisará ser ajustada - ou, possivelmente, até criar uma nova seção específica para a consideração da MMGD. A entrada em vigência depende de aprovação nas Comissões Gestora e Deliberativa com ao menos um mês de antecedência em relação ao início da utilização da norma e da avaliação da Aneel. Dessa maneira, o novo cronograma de trabalho consiste numa implementação faseada da representação da GD.





1ª fase: setembro de 2023

Nessa fase, prevista para setembro de 2023, a carga da geração distribuída seria considerada nos modelos sem levar em conta sua expansão. Dessa forma, a carga líquida permanecerá praticamente inalterada. Esse período será propício para que haja adequação regulatória necessária.

2ª fase: janeiro de 2024

Nessa fase, será incluída a expansão da MMGD, alterando de fato a carga líquida. Essa etapa tem previsão para ser implementada em janeiro de 2024 e a expectativa é que haja um alinhamento com a parametrização do CVaR, o que será avaliado em dezembro de 2022.

Próximos passos

Agora, o detalhamento do novo cronograma será aprovado nas Comissões Gestora e Deliberativa do CT PMO/PLD. O GT MMGD também realizará sensibilidades referentes à fase 2, levando em consideração os aprimoramentos da Cpamp para 2023. Haverá um período para que sejam feitas análises regulatórias em conjunto com os agentes na CP 43/2022 da Aneel. O GT MMGD informou que pretende fazer reuniões mais frequentes para atualizar os agentes.

A [apresentação realizada pode ser lida na íntegra](#) no site Abraceel, na seção Biblioteca > Apresentações.



Grupo Técnico discute propostas de formação de preço por oferta

Matéria em 1 minuto:

- Engie destaca que os países mais desenvolvidos se utilizam do modelo de preço por oferta;
- Em um cenário de abertura de mercado para a baixa tensão, a previsão da carga dos consumidores seria feita pelo varejista que os representa;
- Abraceel irá realizar um segundo encontro do Grupo Técnico para discutir o tema no dia 14.10 às 10 horas.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 07.10, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir as propostas de formação de preço por oferta elencadas no projeto de pesquisa e desenvolvimento da Engie, em parceria com a PSR e com a cooperação técnica da CCEE e ONS. Esse foi o primeiro de dois encontros para discutir o tema. O próximo está agendado para 14.10, às 10 horas.

**P&D PREÇO
E DESPACHO
POR OFERTA**

P&D ANEEL PD-00403-0050/2020

Sexta Livre - Abraceel
07 de outubro de 2020

ENGIE

ANEEL
Agência Nacional de Energia Elétrica
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

Eduardo Takamori, da Engie, iniciou a apresentação avaliando como países que possuem grandes sistemas elétricos utilizam a formação de preço por oferta, e que no Brasil o modelo de preço por modelo não oferece preços críveis em relação à operação, não refletindo a realidade operativa do sistema e tendo que ter essas diferenças liquidadas por encargos. Esses fatores trazem sinais econômicos distorcidos aos agentes e dificuldade de gestão, além dos desafios de governança dos modelos intrínsecos a esse modelo.



Takamori explicou ainda as diferenças entre os dois modelos existentes. No cenário de preço por modelo, os CVUs dos agentes são auditados para então se ter a disponibilidade do sistema, com as premissas para tal sendo firmadas por um órgão centralizador, nesse caso, o ONS.

Na proposta de preço por oferta, os agentes seriam os responsáveis por informar seus preços e quantidades utilizando suas próprias premissas e os resultados dos modelos computacionais utilizados pelos mesmos. Dessa maneira, a geração fica mais fortemente correlacionada com o preço, há melhor uso do conhecimento distribuído dos agentes e, conseqüentemente, maior responsabilização financeira dos mesmos. Isso tudo assumindo um cenário de concorrência perfeita, em que há isonomia de informações aos agentes, entre outros fatores. Nesse momento, associados questionaram sobre o funcionamento desse modelo em um cenário de abertura de mercado – quem seria o responsável por fazer a previsão de carga dos consumidores? Foi esclarecido que isso seria responsabilidade dos varejistas que os representam.

Na proposta de preço por oferta, as ofertas dadas pelos agentes acontecem com granularidade horária, com exceção de hidrelétricas, que teriam de fazer ofertas diárias para se ter noção do preço da água no fim do dia. Para expor qual seria o despacho ótimo, ou seja, em um cenário em que todas as variáveis que influenciam na formação de preço fossem conhecidas ex-ante, haveria também a presença de um mercado de balanço, distinguindo as diferenças entre o que foi ofertado e a oferta ótima para aperfeiçoar as previsões dos agentes.

Nessa alternativa de formação de preço é imprescindível a fiscalização dos agentes por parte de um órgão regulador, tanto para garantir que a concorrência está de fato perto da perfeita, para evitar que sejam ofertadas quantidades errôneas a fim de supervalorizar o preço. Vale a ressalva de que o preço desprendido em serviços ancilares de energia não entraria no valor das ofertas, esses serviços constituem em medidas secundárias para garantir a qualidade do fornecimento e não deveriam ser priorizados para tal.

Para lidar com hidrelétricas que operam em cascatas com outras usinas do tipo, a Engie elaborou um mecanismo chamado de reservatórios virtuais. Essa estrutura se baseia no princípio de que se os agentes devem priorizar seus lucros individuais sem levar em consideração o efeito que reservatórios que dão origem às ofertas terão em outros reservatórios logo abaixo, pois a solução encontrada para o despacho seria sub ótima. Assim, nesse mecanismo há o rateio da afluência entre os agentes para que os mesmos decidam quanta água utilizar no dia seguinte e façam nesses reservatórios virtuais suas ofertas de compra e venda de energia. Simultaneamente a isso, com os resultados obtidos nesse simulador, o operador decide como gerar no parque físico.





Para evitar o esvaziamento de reservatórios, as soluções encontradas na proposta foram as de (i) uma atuação direta do operador, com o seu acompanhamento contínuo da segurança de suprimento, (ii) estabelecimento de parâmetros de segurança de suprimento, definidos com antecedência para que agentes incorporem em suas ofertas e (iii) participação dos operadores nos reservatórios virtuais, em que o operador também toma decisões de compra e venda de energia nesses reservatórios.

Em relação aos agentes que já estão contratados no longo prazo, a formação de preço feita pelos mesmos seguiria a lógica de preço por modelo até que seus contratos acabem, com suas ofertas sendo feitas pelo próprio operador, ou então poderia haver uma renegociação desses contratos legados, com uma transferência de riscos energéticos para o agente gerador.

Haverá outra reunião para tratar do tema no dia 14.10, às 10 horas. A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”. O projeto pode ser acessado na íntegra no [link](#) e quaisquer sugestões ou dúvidas acerca do tema podem ser enviados para a Engie através do [formulário](#).





ABRACEEL NA MÍDIA



QUASE METADE DA COMISSÃO DO PL 414 NÃO SE REELEGE; ABRACEEL DESTACA PONTO DE ATENÇÃO

I Mega What

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



ABERTURA DO MERCADO DEVE RESPEITAR CONTRATOS E EVITAR CUSTOS, AVALIAM AGENTES

I Canal Energia

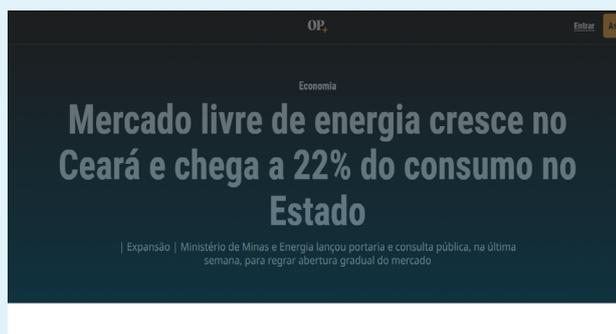
[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



CANALENERGIA DEBATE A ABERTURA DO MERCADO LIVRE PARA A ALTA TENSÃO

I Canal Energia

[Acesse o debate completo clicando aqui](#)



MERCADO LIVRE DE ENERGIA CRESCE NO CEARÁ E CHEGA A 22% DO CONSUMO NO ESTADO

I O Povo

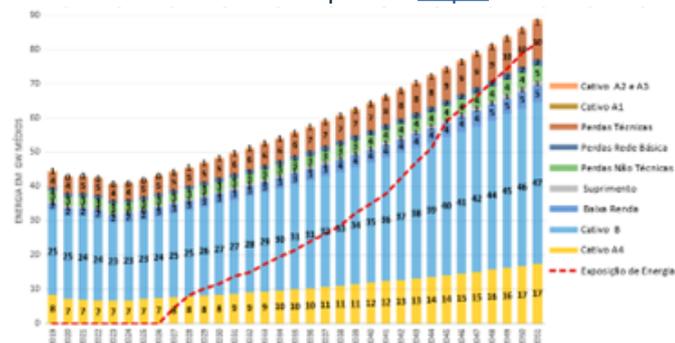
[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



CURTAS

Quem disse foi a TR Soluções: Abertura completa do mercado sem sobrecontratação das distribuidoras

Paulo Steele e Helder Sousa, respectivamente sócio administrador e diretor de regulação da TR Soluções, publicaram artigo analisando a abertura completa do mercado de energia. Os autores apontaram que “a abertura do mercado livre de energia para todos os consumidores a partir de 2028 não deve resultar na sobrecontratação das distribuidoras”. A análise contemplou as perspectivas de crescimento do consumo de energia e a duração dos contratos de energia existentes, bem como as projeções de evolução do mercado livre e das ligações de micro e minigeração distribuída (MMGD). Sob a ótica do balanço energético médio do conjunto das 53 distribuidoras brasileiras, a conclusão indica que, mesmo que as novas migrações para o ACL ocorram em uma velocidade maior do que a projetada, os mecanismos de reduções contratuais vigentes seriam capazes de promover o equilíbrio necessário para mitigar a cobrança de encargo de sobrecontratação. Confira o texto completo [aqui](#).



Será que agora vai? Ricardo Tili será relator do processo para aprimorar comercialização varejista

No dia 03.10, o diretor Ricardo Tili foi sorteado relator do processo de aprimoramento da REN que trata da comercialização varejista, sob a ótica da abertura do mercado (flexibilização dos requisitos de migração para o ACL) e da viabilidade de agregação de dados de medição. A Abraceel enviou sua [proposta de aprimoramento](#) na comercialização varejista do ano passado para ser juntada ao processo nº 48500.005677/2022-43.

Pauta Aneel da próxima terça: constrained-off de eólicas no ACL

A Diretoria da Aneel deverá deliberar na reunião pública ordinária do dia 11.10 sobre (i) reconhecimento das situações de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas com garantia física disponível para contratação no ACL, e (ii) o resultado da CP 61/2021, sobre a regulamentação da contratação de reserva de capacidade, na forma de potência, com base no disposto no Decreto 10.707/2021.

Sem teto do PLD? Veja como acompanhar ação da Abrace

No começo de setembro, foi concedida parcialmente medida de urgência postulada pela Abrace para conhecer a ilegalidade da criação de PLD mínimo e máximo por Decreto. A União ainda não apresentou contestação na primeira ins-



tância e também não agravou a decisão liminar. O juiz havia incluído a Aneel em polo passivo. O prazo para contestação da União será encerrado dia 24.10 – no dia seguinte, 25.10, termina o prazo para a Aneel fazer o mesmo. Foi determinado o prazo de 90 dias para que a ré edite nova norma regulamentadora a respeito do tema e a previsão é que esse prazo termine apenas em 27.02.2023, a depender dos feriados da Justiça Federal para o próximo ano. O número do processo é 1033821-26.2022.4.01.3400 e pode ser acompanhado na [área de consulta processual do Tribunal Regional Federal da 1ª Região](#).

“A abertura do mercado não deixará custos para trás”, esclarece Rodrigo Ferreira

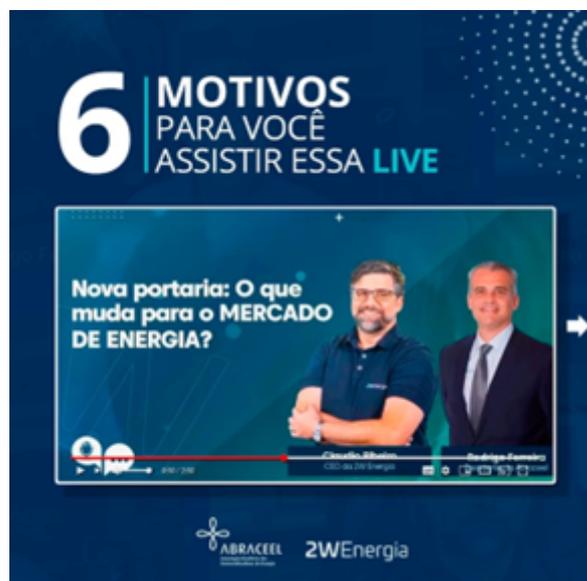


No dia 03.10, Rodrigo Ferreira esteve presente no debate do CanalEnergia sobre a abertura do mercado livre para a alta tensão ao lado de Edvaldo Santana, sócio da Neal, Marcos Madureira, presidente da Abradee, Raphael Gomes, sócio do Lefosse Advogados, e Rogério Jorge, Vice Presidente Comercial da AES Brasil. Na ocasião, Rodrigo enfatizou que o mercado livre assume grande quantidade de custos do mercado cativo, algo pouco discutido no setor, e que o mercado livre também ofe-

rece grande contribuição para a segurança e confiabilidade do suprimento elétrico. Além disso, a abertura do mercado de alta tensão sinaliza para a universalização do acesso ao mercado livre, solução estrutural para reduzir os preços da energia, beneficiando todos os consumidores, inclusive residenciais, mas também os pequenos negócios, responsáveis por 70% dos novos empregos gerados no pós-pandemia. Confira a íntegra do debate [aqui](#).

Para Abraceel, “é possível abrir todo o mercado com segurança e equilíbrio só com medidas infralegais”

No dia 05.10, Rodrigo Ferreira participou da live da associada 2W que avaliou a importância e os impactos das novas medidas aprovadas pelo Ministério. Foram debatidas a Portaria 50/2022 do MME, que abre toda a alta tensão, e a abertura da Consulta Pública 137/2022, que debate a liberalização do mercado para todos os consumidores. Quer [seis motivos](#) para assistir essa live? Acesse a íntegra do debate clicando [aqui](#).



Movimento Luz Livre: chega de mercado livre de energia pra poucos!

A associada Omega Energia divulgou excelente vídeo em apoio à liberdade de escolha do consumidor de energia elétrica. Com humor, o vídeo aborda o atraso brasileiro nessa discussão com protagonismo de um português incrédulo com a nossa realidade. Vale a pena [conferir e comparar!](#)



Abraceel discute mercado livre com investidores do Banco Safra



No dia 03.10, a Abraceel se reuniu com investidores do Banco Safra para tratar das perspectivas da abertura do mercado de energia elétrica no Brasil. Foram explicados temas como a dimensão do mercado livre atualmente, os cenários possíveis para a liberação total do mercado, os mais recentes atos do MME e as soluções para endereçar desafios no mercado.

Patrocínio esgotado! Engie, 2W, Electra e Omega em destaque no Planejamento Estratégico da Abraceel

PATROCÍNIO:



O Planejamento Estratégico da Abraceel, que será realizado em Florianópolis nos dias 3 e 4 de novembro, chega em uma etapa importante. A Abraceel iniciou as inscrições para os profissionais das empresas associadas que estão na lista de espera, criada para organizar as demandas das empresas associadas que desejam participar do encontro com mais de um representante. Mensagens estão sendo enviadas aos interessados para confirmar presença até o dia 17.10. Em 2022, o Planejamento Estratégico será exclusivamente presencial. Já há mais de 60 profissionais de 54 empresas associadas com inscrição confirmada. Além disso, quatro empresas associadas decidiram patrocinar o evento, demonstrando liderança e esgotando as cotas disponibilizadas. A 2W Energia apoiará a palestra do economista Ricardo Amorim. A Electra patrocinará os coffee breaks. A Omega será responsável pelo almoço no primeiro dia e a Engie pelo coquetel de confraternização no fim do primeiro dia. Não fique de fora, envie email para abraceel@abraceel.com.br com nome completo, função na empresa, email e telefone que avaliaremos a disponibilidade.

CCEE publica regras para exportação de energia de usinas hidrelétricas



No dia 03.10, a CCEE publicou as regras que viabilizam o início das operações de exportação de vertimento turbinável juntamente com o manual operacional para os agentes. Em parceria com o ONS, o procedimento possibilitará negociações diárias baseadas nas operações das usinas que constituem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Os agentes interessados devem possuir cadastro específico na CCEE que permita a exportação de energia proveniente da fonte hidráulica. O documento pode ser acessado [aqui](#). Para esclarecer os detalhes do novo mecanismo, a CCEE e o ONS realizarão um workshop no dia 17.10, às 14h, por meio do Portal de Capacitação da CCEE.

Abraceel solicita contribuições dos associados sobre geração offshore até 10.10

No dia 04.10, a Abraceel enviou ao Grupo Técnico minuta de contribuição à CP 134/22 do MME, sobre a definição de normas e procedimentos complementares relativos à cessão de uso onerosa para exploração de central geradora de energia elétrica offshore. No texto, a Associação defendeu posições em linha com o que foi descrito na minuta de Portaria proposta pelo MME, em especial na questão do contrato de cessão de uso, de forma que não haja obrigatoriedade de realização de leilões para atendimento do ACR com a compra específica de energia elétrica produzida por parques eólicos offshore. Os associados podem enviar contribuições para gt@abraceel.com.br até o dia 10.10.

Paraná quer avançar nas regras de abertura do mercado livre de gás

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Paraná (Agepar) abriu consulta pública para a primeira etapa do processo de implantação do mercado livre de gás canalizado no estado. A consulta ficará aberta até 03.11 e receberá contribuições para a proposta de ato normativo que dispõe sobre regras de configuração dos Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) celebrados entre concessionárias e agentes livres. A Abraceel está avaliando os documentos. Para mais informações, clique [aqui](#).

Manual de monitoramento da CCEE: Abraceel receberá sugestões até 10.10

O Grupo Técnico da Abraceel consolidou minuta de contribuição para a proposta de manual de monitoramento apresentada pela CCEE. Para a Abraceel, o detalhamento dos parâmetros para o período sombra é fundamental para que o processo seja implementado com sucesso. Na minuta, é sugerido criar um passo a passo, na forma de tabela ou fluxo processual, em que seriam detalhados os processos, prazos e responsabilidades dos agentes e da CCEE. Os associados podem enviar sugestões no documento para gt@abraceel.com.br até 12h do dia 10.10, prazo para envio da contribuição à CCEE.



Em workshop, Abraceel lista aspectos relevantes sobre energia de Itaipu



No dia 07.10, Rodrigo Ferreira e Frederico Rodrigues participaram de Workshop em Itaipu para debater sobre a comercialização de energia da usina e as oportunidades no mercado livre. Na ocasião, a Associação apresentou os números do mercado livre de energia e listou aspectos relevantes sobre o impacto do volume de energia da hidrelétrica no cenário de abertura de mercado em curso. Alguns questionamentos foram feitos para instigar a reflexão sobre temas como o custo da energia da usina, a revisão do tratado, as regras de comercialização da energia no Brasil, entre outros pontos. A [apresentação realizada no workshop](#) está disponível na área restrita do associado, seção Documentos gerais.



Com mais detalhes a seguir, é possível enxergar o fortalecimento do PL, partido do atual presidente da República e liderado por Valdemar da Costa Neto. O Legislativo está com a base de Bolsonaro fortalecida. Isso indica que os próximos presidentes da Câmara e do Senado tendem a ser da mesma base. Pode ser que isso dificulte eventual pretensão de Pacheco, do PSD, em continuar no cargo de presidente do Senado. Arthur Lira, do PP, também terá desafios, mas com um terreno mais favorecido, principalmente se União Brasil e PP concretizarem a possibilidade de fusão, contrapondo a hegemonia do PL.

PL terá a maior bancada do Congresso em 2023 – O Partido Liberal (PL), do Presidente Jair Bolsonaro, elegeu 99 deputados no último domingo, com aumento de 23 congressistas em relação à bancada atual. O União Brasil e o PP fizeram 59 e 47 cadeiras, respectivamente, além do PSD com 42 vagas. Ao todo, os partidos do Centrão (ou centro-direita) ficaram com 273 dos 513 deputados.

Já o PT e os partidos à esquerda conseguiram 138 vagas. A federação PT, PC do B e PV elegeu 80 deputados e outros partidos da coligação que apoiam o petista obtiveram 59 vagas.

Para o Senado, o PL, com 5 cadeiras a mais, chegou a 14, com vários dos novos senadores sendo da base fiel de Bolsonaro, se tornando o maior partido da Casa. Já o PT elegeu 4 senadores e chegou a 9 cadeiras, ficando em 4º lugar ao lado do MDB, atrás do PL (14), União (11) e PSD (10).

Apenas 13 partidos cumprem cláusula de desempenho em 2022 – Das 23 siglas que conseguiram vagas na Câmara, apenas 13 cumprem os requisitos mínimos para receber Fundo Partidário, tempo de TV e estrutura de Liderança na Câmara. A conta considera que as legendas unidas em federação (PT/PV/PC do B, PSDB/Cidadania e PSOL/Rede) são obrigadas a atuar no Legislativo como se fossem um partido único. Além disso, seis partidos que elegeram deputados perderam força: PSC, Solidariedade, Patriota, PROS, Novo e PTB. Seus 21 deputados têm direito de mudar para outra sigla sem perder o mandato ou os partidos podem se juntar.





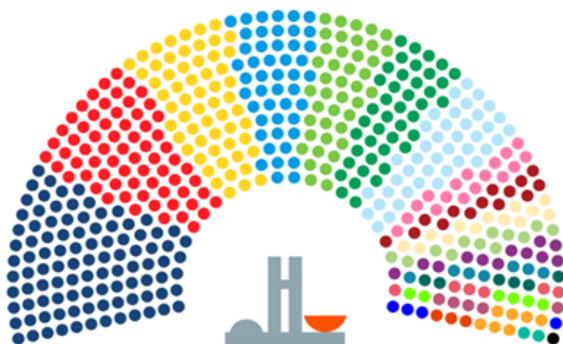
Veja como ficaram as bancadas da Câmara e Senado:

BANCADAS ELEITAS PARA CÂMARA DOS DEPUTADOS			
PARTIDOS	BANCADA ATUAL	BANCADA ELEITA	VARIAÇÃO
PL	76	99	23
PT, PCdoB e PV	68	80	12
União Brasil	51	59	8
PP	58	47	-11
Republicanos	44	42	-2
MDB	37	42	5
PSD	46	42	-4
PSDB/Cidadania	29	18	-11
PDT	19	17	-2
PSB	24	14	-10
PSol/Rede	10	14	4
Podemos	9	12	3
Avante	6	7	1
PSC	8	6	-2
Patriota	5	4	-1
SD	8	4	-4
Pros	4	3	-1
Novo	8	3	-5
PTB	3	1	-2
TOTAL		513	

Fonte: DIAP

ELEIÇÕES 2022 COMPOSIÇÃO DA CÂMARA

eleitos



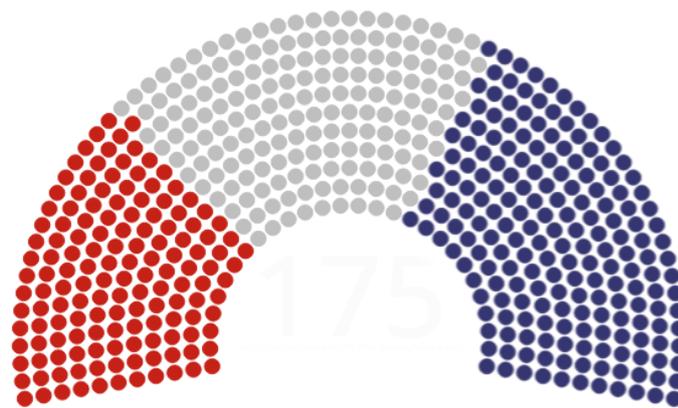
maiores bancadas

PL de Bolsonaro elegeu 99 deputados, maior número que qualquer sigla atingiu desde 1998. Em seguida, vem a federação PT/PC do B/PV (80 deputados) e o União Brasil (59)

Fonte: Poder 360

Alianças na Câmara

Veja a distribuição do apoio aos presidenciais



Partido

513 (TOTAL)

● LULA - PT, PCdoB, PV, PDT, PSOL, Rede, PSB, Avante, Cidadania, Solidariedade, Pros 144

● NÃO COLIGADOS - União, MDB, PSD, PSDB, Podemos, Patriota e Novo 175

● BOLSONARO - PL, PP, Republicanos, PSC e PTB 194

Fonte: g1





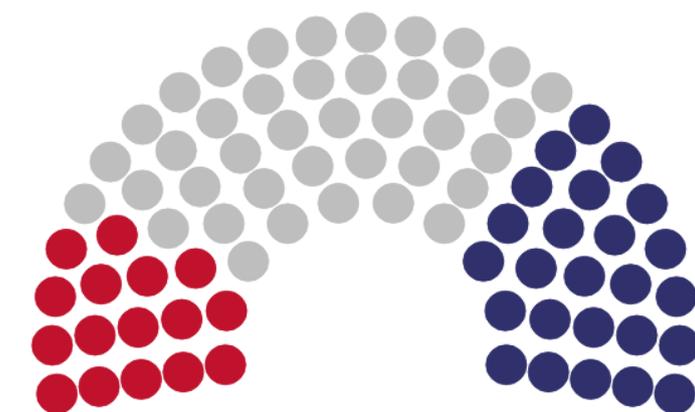
Veja como ficaram as bancadas da Câmara e Senado:

BANCADA ELEITA NO SENADO FEDERAL							
PARTIDOS	2015-2023	2019-2027	REELEITOS	NOVOS	GOVERNO/VICE	GOVERNO 2º TURNO	BANCADA
PL	2	6	2	6		2	14
União	2	6	1	4		1	11
PSD	3	8	2				10
MDB	4	8		1		1	9
PT	2	5		4		1	9
PP	4	4		3	1		7
Podemos	2	6					6
PSDB	2	4					4
Republicanos		1		2			3
PDT	1	2					2
PSB	1	1		1			2
Cidadania		1					1
Pros	1	1					1
PSC	1			1			1
Rede		1					1
PTB	2						0
TOTAL	27	54					81

Fonte: DIAP

Alianças no Senado

Veja a distribuição do apoio aos presidenciais



Partido	81 (Total)
● LULA - PT, PCdoB, PV, PDT, PSOL, Rede, PSB, Pros, Cidadania	16
● NÃO COLIGADOS - PSD, União, MDB, Podemos e PSDB	40
● BOLSONARO - PL, PP, Republicanos, PSC	25

Fonte: g1



15 dos 32 membros atuais da Comissão Especial do PL 414 não voltarão para a Câmara em 2023 – O atual presidente da Comissão Especial do PL 414, Cacá Leão, perdeu a tentativa de mandato ao Senado. Paulo Ganime (NOVO-RJ), Édio Lopes (PL-RR) e Elias Vaz (PSB-GO) são alguns dos nomes que também não continuarão no mandato em 2023 e que faziam parte da comissão. Confira a lista completa [aqui](#).

Pouco antes do primeiro turno, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, havia mencionada que votaria o PL 414 “com ou sem texto” em outubro. Aliás, passada as eleições, a comissão especial do PL 414 permanece da mesma forma regimentalmente falando.

No cenário pessimista, no qual o projeto não avança, ano que vem teremos um novo cenário com nova comissão com novos integrantes. O Legislativo eleito no primeiro fim de semana de outubro traz um perfil mais conservador. Por outro lado, tende a ser uma bancada com perfil favorável à aprovação da matéria. Lembrando que a matéria deve retornar ao Senado, já que a Câmara provavelmente fará mudanças no texto, também encontrará naquela Casa um cenário mais favorável para deliberação, que depende, obviamente, do que será aprovado na Câmara.

Por outro lado, se a matéria for priorizada por Lira, ainda há espaço para ser deliberada na Câmara esse ano, seja na Comissão Especial, seja no Plenário caso haja requerimento de urgência. Com vontade política, tudo é possível.





Primeiro turno já foi - No dia 02.10, ocorreu o [primeiro turno das eleições no Brasil](#) e com a apuração do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Lula obteve 57.259.504 votos (48,43% dos votos válidos) e Bolsonaro 51.072.345 votos (43,20% dos votos válidos), assim a disputa será resolvida no segundo turno, no dia 30 de outubro.

E para o segundo?

13 partidos declararam apoio a Lula, 4 a Bolsonaro e 6 estão neutros - Após o resultado das eleições, os partidos começaram a definir seus apoios aos candidatos que irão disputar o segundo turno. A maior parte dos apoios de cada candidato vem de suas respectivas coligações. Com o PT, estão o PCdoB, PV, Solidariedade, PSOL, Rede, PSB, Agir, Avante e Pros. A coligação de Bolsonaro é composta pelo seu partido (PL), o Progressistas e o Republicanos. O PSDB, PSD, Novo e DC liberaram seus filiados.

Entre os candidatos à presidência derrotados, **Ciro Gomes (PDT)** afirmou, sem citar nomes, que vai acompanhar o partido, que se alinhou a Lula. **Simone Tebet (MDB)**, que ficou em 3º lugar, decidiu apoiar Lula, mas seu partido liberou diretórios estaduais a apoiarem qualquer candidato.

8 de 15 governadores eleitos estão com Bolsonaro - [No cenário dos Estados](#), Bolsonaro tem ao seu lado os governadores dos 3 principais colégios eleitorais do país: **Cláudio Castro (PL)** e **Zema (NOVO)**, reeleitos no 1º turno no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, respectivamente, e **Rodrigo Garcia (PSDB)**, em São Paulo, que não disputará o segundo turno, mas declarou seu apoio a Bolsonaro. O atual presidente tem apoio declarado de 8 dos 15 governadores eleitos no domingo, além de outros 4 que já estão no cargo atualmente e disputam o 2º turno. O caso mais emblemático ficou por conta do Mato Grosso do Sul, cuja disputa conta com **Capitão Contar**, que recebeu apoio de Bolsonaro no final de setembro e pulou de quinto lugar das pesquisas para garantir sua vaga no segundo turno para o governo do estado.

Lula, nesse cenário, tem 5 eleitos e 4 governadores atuais. Lula tem apoio de 3 governadores do seu partido: **Fátima Bezerra**, no Rio Grande do Norte; **Rafael Fonteles**, do Piauí; e **Elmano**, do Ceará. Além deles, **Carlos Brandão (PSB)** apoia o petista no Maranhão.





PRÓXIMA SEMANA

10.10 - Segunda-feira: Abraceel se reúne com o Superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição, Carlos Mattar, para discutir aprimoramentos no processo de migração, às 10h;

Abraceel se reúne com equipe do MME para discutir sobre a abertura do mercado livre, às 14h30.

14.10 - Sexta-feira: Grupo Técnico se reúne para discutir o projeto de P&D da Engie sobre preço por oferta, às 10h.

